

Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR

Family agriculture and food and nutrition security:
the community of Ilha do Cavernoso peninsula in Candói/PR

Hieda Maria Pagliosa Corona¹

André Alves Pereira²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da agricultura familiar com os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir da pesquisa com 24 famílias da comunidade da Península do Cavernoso, no município de Candói/PR. Trata-se de uma comunidade originária de um (re) assentamento de Ilhéus do Rio Paraná, para a construção da Hidroelétrica de Itaipu, na década de 1980. Há importante mudança na trajetória das famílias agricultoras com a entrada dos programas públicos voltados para a SAN, em especial do PAA e do Programa Bolsa família. Esses programas trouxeram às famílias contribuições significativas na questão da renda, da diversificação da produção, da gestão da propriedade e no desenvolvimento rural local. Nesse contexto, destaca-se o debate sobre a relação entre as práticas camponesas e a agricultura familiar na comunidade.

Palavras-chave: Campesinato. Agricultura Familiar. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship of family farming with the programs of Food Security and Nutrition from the research with 24 families in the community of the Peninsula Cavernoso in the municipality of Candói/PR. A community originating from a (re) settlement of islets of Paraná River, for the construction of Itaipu Hydroelectric, in the 1980's. There is a major change in the trajectory of farming families with the entry of public programs aimed at FSN, in particular the PAA and Bolsa Família Program. These programs have brought significant contributions to families on the issue of income, diversification of production, property management and local rural development. In this context, it stands out the debate about the relationship between peasant and family farming practices in the community.

Keywords: Peasantry. Family farming. Food Security and Nutrition.

¹Socióloga; Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR); professora e pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e líder do CEPAD.

²Assistente social; Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); professor e coordenador do Curso de Serviço Social na Faculdade Guairacá.

1 INTRODUÇÃO

Analisar e compreender a agricultura familiar enquanto espaço de reprodução social requer que se olhe para o rural superando a ótica restritiva, focada unicamente na produção agropecuária voltada para o mercado, procurando evidenciar os diversos fatores que a compõem, desde os sociais, os culturais, os econômicos até os produtivos, os quais estão presentes nesse ambiente.

A agricultura familiar é um espaço complexo e diverso, impresso na história como uma marca antagônica do que se considera moderno, urbano e industrial. Contempla em suas atividades a produção de uma sociabilidade com particularidades, uma organização pautada na produção alimentar e na sobrevivência do arranjo familiar ao longo do tempo. Nesse sentido, associar os agricultores familiares com a produção de alimentos é algo muito comum, uma vez que o trabalho desenvolvido por eles é fundamentalmente atrelado ao cultivo da terra. Desse cultivo as famílias retiram, em parte (da relação do sujeito-trabalho-terra), aquilo que necessitam para sobreviver. No entanto, esses processos sociais situam-se no contexto mais geral do desenvolvimento capitalista, que comporta pressões e/ou oportunidades constantes do mercado, das políticas públicas, entre outras.

O presente artigo tece considerações a partir do referencial teórico que se alinha ao debate sobre a diversidade do rural contemporâneo e de como a agricultura familiar e camponesa pode estar relacionada com a segurança alimentar e nutricional. Ele é o resultado da pesquisa desenvolvida no contexto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR), Campus Pato Branco.

O local escolhido foi a comunidade da Península do Cavernoso, no Município de Cândói/PR, e a pesquisa foi realizada nos anos de 2012 e 2013, sendo entrevistadas 24 famílias das 79 que vivem na comunidade. A escolha das famílias esteve vinculada ao objetivo de compreender como elas entendem e quais as ações concretas no sentido da segurança alimentar e nutricional (SAN). Por isso, a escolha recaiu sobre 12 famílias que acessam algum tipo de programa de SAN e 12 que não tem acesso, visando observar se há ou não diferenças importantes entre elas.

O texto está dividido em três partes, sendo a primeira composta pela abordagem teórica sobre a ruralidade contemporânea, destacando os conceitos de agricultura familiar e camponesa, expressando suas particularidades e noções de pertencimento histórico, que caracterizam processos de permanência e mudança. A segunda parte diz respeito ao referencial teórico que contempla a emergência da temática da segurança alimentar e nutricional e sua relação com as múltiplas dimensões da agricultura familiar. Na terceira parte, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo e as análises realizadas e, por fim, as considerações finais.

2 RURALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura, tal como se apresenta na sua forma familiar, é fruto de um espaço-temporal afinado com o modo de produção capitalista e reflete um segmento social bastante amplo e diverso. Desse modo, a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que contempla aspectos vinculados ao desenvolvimento para o espaço rural (que se pode chamar de moderno e/ou industrial do ponto de vista da mecanização

da agricultura e sua vinculação com o mercado), também revela características de períodos anteriores, expressos por práticas e relações sociais do modo de vida camponesa.

Portanto, pode-se dizer que a agricultura familiar define-se como um campo vasto de análise sendo um espaço de (re)produção de sociabilidades com características particulares, tanto em seus elementos precedentes como pelo contexto em que vivem, dependendo, em parte, das territorialidades em que se constituem e se reproduzem socialmente.

Diversos autores têm se dedicado ao estudo sobre a agricultura familiar, apontando que ela é percebida por semelhanças e/ou diferenças do modo de vida camponês. Autores como Mendras (1978), Lamarche et al. (1993), Abramovay (2007), Wanderley (2000), entre outros fazem um detalhamento das condições de vida das famílias que vivem no rural, em diferentes espaços e períodos históricos, visando identificar se suas características se assemelham às de um camponês ou de um agricultor moderno/capitalista.

Nesse debate, há uma variável que aparece frequentemente: a relação com o mercado. Essa relação, quando percebida por Mendras (1978), aponta para a distinção entre uma tipologia que definiria o que é o camponês e o que é o agricultor moderno, destacando que, no modo de vida camponês, as atividades do grupo familiar, ou seja, o trabalho é direcionado preponderantemente para o consumo, com pouca ou nenhuma dependência com o mercado. Segundo o autor, mesmo havendo uma interligação com o mercado não há uma descaracterização do camponês, haja vista a importância do grupo doméstico.

Mendras acrescenta que a coletividade do camponês está focada no grupo e nas relações de interconhecimento direcionadas à comunidade interna, com fracas relações com o exterior. Assim, o autor elucida que há uma diferenciação do aspecto das relações sociais do agricultor e camponês, expressando que:

O agricultor vive em uma sociedade industrial 'de massas', na qual as coletividades locais não tem mais autonomia do que outros grupos ou organizações (da qual ele também faz parte) e são o último degrau de uma rede político-administrativa (MENDRAS, 1978, p. 14).

A conceituação de agricultor familiar, por sua vez, tem como fundamento as relações do modo de produção desenvolvidas na agricultura e na sua relação com o mercado e, por conseguinte, com uma coletividade mais ampla, em parte vinculada aos interesses do capital. As análises de Mendras (1978) posicionam o camponês em dois momentos: o primeiro denota um modo de vida que se desenvolve por meio de práticas ditas tradicionais; o segundo situa-o por intermédio do envolvimento com o mercado, permeado pelo sistema agrário e alimentar. Para o autor, há uma ligação que atrela essa produção ao autoconsumo, porém, pela dinâmica da sociedade moderna, essa relação pode sofrer transformações diante das respostas oferecidas às necessidades da família e da manutenção da propriedade.

O autor cita, ainda, que o camponês tem uma preocupação com a "unidade indissociável" (MENDRAS, 1978, p. 44) entre as mãos que trabalham e as bocas que consomem, o que fortalece o grupo familiar e sua extensão para a comunidade, na qual se desenvolvem práticas de solidariedade, de ajuda mútua, de trocas de favores, em suma, uma perspectiva de ação que foge à lógica de mercado, do lucro e da acumulação.

Nessa perspectiva, a terra (entendida aqui como patrimônio) é percebida como um meio de vida e não como um capital, ou seja, ela é um meio quando utilizada para a produção alimentar e

manutenção do grupo familiar. Se há a necessidade da produção agroalimentar que atenda às exigências do mercado, o campesinato adere, mesmo que em parte, mas continua tendo como objetivo central o trabalho da família e a reprodução social do grupo. Trabalho não como meio de acessar o lucro obtido por meio da venda da produção e da exploração da mais-valia pelo trabalho assalariado, mas, antes de tudo, para atender as necessidades do grupo familiar que escolhe como, o que e para quem será produzido.

A economia camponesa, assim visualizada, apresenta uma dinâmica diferenciada da economia industrial ou capitalista em relação às suas condicionantes, tais como: o lucro, o trabalho assalariado, a mercadoria como centralidade da produção e reprodução da sociedade. Essas características não se identificam quando se analisa o camponês, pois sua economia estaria fundada em atividades que não contemplam as especificações quantificáveis do sistema vigente.

A análise da economia camponesa coloca o consumo como central. Todavia, o consumo está ligado à produção alimentar, ao desenvolvimento do grupo e à manutenção da relação social entre o grupo e a comunidade. As estratégias utilizadas pelo camponês visam reproduzir a sua lógica de consumo e a propor alternativas de sobrevivência da unidade indissociável do grupo. O dinheiro, segundo Mendras, “não tem valor na economia camponesa, porque não serve para nada no seu funcionamento cotidiano” (MENDRAS, 1978, p. 50). Ele é apenas um meio para o camponês e pode, a qualquer momento, ser dispensado, pois a lógica racional camponesa não o contempla. O dinheiro só tem valor na economia envolvente, por isso sua presença na economia camponesa está vinculada à relação do camponês com a sociedade mais ampla. Por essa especificidade ele mantém uma relativa autonomia ante a lógica capitalista.

Por outro lado, quando ocorre a entrada do camponês no mercado, a questão do autoconsumo é a parte mais atingida. Mendras (1978) aponta que nesse processo de adequação com o mercado a agricultura camponesa diminui a quantidade de alimentos para o grupo em detrimento do que vai para o mercado para atender a interesses específicos e especializados do capital (indústria, comércio etc.). Para o camponês, o patrimônio, a mão de obra e a racionalidade econômica continuam voltadas para o grupo. No caso da agricultura familiar moderna, a racionalidade difere, pois a geração de renda atende ao grupo e também aos interesses do capital, do mercado e do valor atribuído ao dinheiro.

Lamarche (1993) e Wanderley (2000) compreendem o camponês como aquele que precede e, por isso, conteria as raízes históricas e culturais do agricultor familiar moderno. Nele as formas organizativas condizem a um grupo específico, o qual teria como centralidade os laços de parentesco, a produção para o consumo, a sociedade de interconhecimento, entre outros elementos. Para Wanderley (2000), há nítidas particularidades presentes nas duas categorias, quando a análise passa a ser orientada: pela relação ou não com a sociedade global; pela sociabilidade vinculada mais intensamente ao grupo interno ou ao externo; pelo fato dos objetivos centrais para a atividade desenvolvida na agricultura atenderem ao autoconsumo, ou à comercialização ou a ambas. Essas características revelam, segundo a autora, a predominância do modo de vida camponês ou do agricultor familiar moderno.

Abramoway, em sua análise sobre o campesinato e a agricultura familiar, mesmo com diferenças em relação aos autores acima citados, destaca que o sentido de permanência da forma camponesa no decorrer da história “permanece igual a si mesma no curso de sua secular existência” (ABRAMOVAY, 2007, p. 110) e mostra a categoria agricultura familiar como sendo aquela que incorpora as mudanças promovidas pelas relações sociais, tecnológicas e de mercado, consideradas modernas. Isso significa

dizer, segundo o autor, que o modo de produzir e de gerir a vida no meio rural do camponês não contém a necessidade de se atrelar ao mercado, o que difere do proposto para a agricultura familiar moderna.

Diz ele que, na sociedade capitalista, o modo de produção contém a mercadoria como central. Portanto, falar de um segmento social, que pode ou não fazer parte do sistema, cria a “falsa impressão” de que se está falando de um modo de “produção paralelo”, por isso o autor afirma que as especificidades do campesinato levam a constatação de que elas compõem “um modo de vida”, com uma racionalidade “incompleta”, que difere da racionalidade econômica capitalista.

Ao mencionar a racionalidade econômica do camponês, o autor busca encontrar nos elementos não quantificáveis (opostos aos expressos pelo capital) as diretrizes para a organização do campesinato. Desse modo, percebe-se que o campesinato está direcionado ao modo de ser do agricultor, do seu trabalho na agricultura, de como ele concebe a relação com a comunidade, da sua economia e da sua organização secular. Ser, portanto, um agricultor, na perspectiva do camponês, não significa pontuar suas ações pelas trocas mercadológicas visando renda monetária.

As transformações pelas quais passou o campesinato com o desenvolvimento do capitalismo no campo foram tema dos autores já citados e de outro conjunto extenso de autores. Sem pretender entrar nas diferenciações teóricas (marxistas e não marxistas), concebe-se como relevante evidenciar alguns elementos que contribuem com a análise aqui proposta. As pressões, já extensamente debatidas, pela constituição da propriedade privada da terra e do mercado capitalista (terra, trabalho, produtos, insumos, etc.) sobre o campesinato, desarticulam em grande medida o “modo de vida” camponês, sem, no entanto, suprimir sua permanência, nem eliminar elementos importantes que os caracterizam e que permanecem na agricultura familiar.

Com a introdução do capital na agricultura, a terra passa pela acumulação de riquezas e fonte de geração de renda, sendo o capital o agente ativo. No entanto, Wanderley (2000) diz que o camponês não se torna apenas um capitalista ou um assalariado do capital, um mero vendedor da força de trabalho, pois ele, enquanto agricultor familiar, congrega em suas atividades a relação entre a propriedade, o trabalho e a família. Dessa relação resulta certa autonomia, a qual propicia que o agricultor tenha condições de se adaptar às constantes mudanças, não abrindo mão de estratégias que promovam uma relativa proteção ao seu “modo de vida”. Nesse sentido é que Lamarche et al (1994) e Wanderley (2000) defendem que a agricultura familiar é um conceito amplo e multifacetado, mas que se define pela sua capacidade de agência na construção e reconstrução do mundo rural, diante das transformações enfrentadas pelo campesinato, em seus diferentes contextos (capitalista, socialista) históricos.

Wanderley (2000) expressa que, diante do processo de constituição da sociedade moderna, a dicotomia entre o campo e a cidade, entre o meio rural e o urbano, ficou condicionada ao desaparecimento do camponês tradicional, aquele que atende às características elencadas por Mendras (1978). Isso conduziu a considerar a categoria “agricultura familiar” como possibilidade de atender tais transformações, sem, no entanto, prescindir de características do campesinato que também a define (CORONA, 2006).

No entanto, considerar que a categoria “agricultura familiar” seja capaz de explicar a diversidade de situações que se encontra no mundo rural hoje continua sendo questionada por diferentes autores (BUAINAIN, 2013; GARCIA; HEREDIA, 2009). É pertinente ressaltar que o conceito de agricultura familiar não deve ser tomado como aquele capaz de explicar tal heterogeneidade, pois pode não contemplar as complexas relações sociais que se encontram no mundo rural. No entanto, ele é capaz de promover o reconhecimento da importância da forma familiar na agricultura, pois é ela a responsável pelo maior

número de habitantes no campo brasileiro, importante espaço de produção de alimentos³ e demandante de políticas públicas (PRONAF, PNAE, PAA), reconhecidas como promotoras do desenvolvimento do país.

A ênfase no desenvolvimento econômico e no urbano como *locus* desse desenvolvimento fez com que a relação rural-urbano ficasse circunscrita a dicotomia que considera o rural como espaço “vazio” e “atrasado” e o urbano como “cheio” e “moderno”, logo nesse é que se encontram os recursos para prover melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido, as análises de Wanderley (2000) enfatizam que, no rural, “Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial” (WANDERLEY, 2000, p. 32).

Diante do exposto, a questão que surge é entender qual a necessidade de se diferenciar os conceitos de agricultura familiar e camponesa. A resposta, se é que pode ser dada de imediato, engloba diversos fatores, que levam em conta as características internas (da agricultura, da ruralidade) e externas, como a ação do Estado⁴, dos mercados, a relação urbano-rural, entre outras.

Para efeito deste trabalho, considera-se pertinente a categoria de agricultor familiar por entender que no Brasil ela se legitima nos discursos dos movimentos sociais, nas políticas públicas, como na academia. Além disso, levando em conta o necessário esforço de pesquisa e análise da diversidade do mundo rural brasileiro, a categoria “agricultor familiar” pode ser entendida como aquela que permite compor o quadro mais amplo desta diversidade, sem anulá-la.

3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AS MULTIPLAS DIMENSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A temática da segurança alimentar e nutricional é um tema recente no debate nacional e tem relação direta com a agricultura familiar. Desde a década de 1990, o governo brasileiro tem buscado (por meio de programas e políticas de desenvolvimento) mecanismos não somente para saciar a fome, a inanição e a desnutrição alimentar, mas iniciativas que visam à segurança alimentar, com garantias da qualidade dos produtos, da distribuição, de mecanismos de acesso aos alimentos e, principalmente, do desenvolvimento local focado na agricultura familiar.

Para falar da segurança alimentar e nutricional, há que se perguntar: que tipo de segurança se está falando? Essa indagação está relacionada, inicialmente, com o período compreendido entre as grandes guerras mundiais, em que o conceito de segurança alimentar e nutricional foi relacionado com a questão da fome e da impossibilidade de um país manter a sua soberania alimentar. Com a centralidade dos interesses bélicos, o mal endógeno às suas fronteiras era a falta de alimentos, o que fez com que a questão da segurança alimentar tomasse forma como uma questão de interesse do Estado.

A dimensão da noção de insegurança alimentar está circunscrita ao contexto da busca pela satisfação das necessidades humanas básicas. No entanto, não é apenas a escassez de alimentos que gera a insegurança alimentar, pois, no cerne do processo de desenvolvimento econômico do pós-guerras mundiais, houve considerável expansão da produção de alimentos nos países afetados, mas o tema

³Segundo o CENSO agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção alimentar do país; está presente em 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários, em uma área que ocupa 24,3% de todo o território nacional.

⁴A Lei nº 11.326/2006 compreende o agricultor familiar através de quatro fatores: a) predomina o trabalho familiar; b) não possuam mais de 4 módulos fiscais de terra (quantidade esta que difere conforme a região do país); c) tenha a renda prioritariamente das atividades desenvolvidas na lavoura; d) dirija o empreendimento com sua família.

ganhou nova tessitura, a partir das assimetrias entre renda e preços dos alimentos, somadas a difusão de um padrão *standard* de dieta, associado às práticas da vida moderna, alterando significativamente hábitos alimentares. Houve, assim, “[...] sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo” (JUNIOR; FILHO, 2008, p. 17).

Tratar, portanto, da segurança alimentar e nutricional estava circunscrita a um conjunto de fatores, entre eles a como se desenvolve a agricultura, como se garante o acesso aos alimentos e, ainda, as questões culturais. Nesse sentido, no ano de 1943, ocorreu a I Conferência Internacional, com o objetivo de discutir a agricultura e a produção de alimentos, da qual resultou a proposição de que a segurança alimentar é um direito dos seres humanos. No ano seguinte (1945), como resultado desse debate, foi criada a Food and Agriculture Organization (FAO), instituição responsável por contribuir para a concretização do que fora proposto, no que compete a garantir a alimentação e o seu acesso por todos os seres humanos. O reconhecimento da alimentação como um direito humano foi reforçado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

No período analisado, a perspectiva do desenvolvimento buscava o equilíbrio econômico das nações e, para isso, a pobreza deveria ser superada. Entendia-se “que a causa primeira da fome e da desnutrição era a pobreza” (MALUF, 2011, p. 51), e seria esta, portanto, “o mal a ser combatido”. Mas como combater a pobreza, se ela se estrutura a partir do sistema fundado no desenvolvimento desigual? Essa desigualdade, quando analisada por Smith (1988), revela-se marcada por uma disparidade quanto ao acesso dos bens e serviços socialmente produzidos, os quais fundamentam o próprio sistema.

A pobreza analisada sob esse prisma, ou seja, o do desenvolvimento desigual e combinado no contexto da sociedade capitalista, de acordo com O’Connor (2003), significa dizer que ao mesmo tempo em que se gera a riqueza gera-se a pobreza, pela lógica do próprio sistema. Esse é responsável pela disseminação de um tipo de desenvolvimento que, como afirma o autor, deve ser similar, senão idêntica, ao modelo das regiões ditas “desenvolvidas” (Europa e América do Norte), desprezando outras possibilidades de desenvolvimento. Assim, a questão da fome fica restrita à questão da pobreza, normalmente vinculada aos países “periféricos”, “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, por não terem atingido o padrão de consumo (pauta alimentar) moderno.

Nessa relação entre desenvolvimento e fome, a agricultura foi percebida no Brasil como um espaço para a modernização, a qual poderia garantir a segurança alimentar e nutricional. As décadas de 1960 e 1970 são reconhecidas como um período em que ocorreu a modernização do rural brasileiro, com a mecanização e a chamada “Revolução Verde”, dinamizando e propondo mudanças nas esferas da produção e nas relações entre os agricultores, o mercado e o Estado. Assim, assegurar alimentação no meio rural passou a depender de fatores externos impostos pela lógica do desenvolvimento, modificando a dinâmica social da agricultura de base camponesa.

A mecanização da agricultura, o uso de agroquímicos industrializados, o encurtamento dos ciclos reprodutivos das plantas e dos animais, entre outros aspectos, definem o processo de modernização e da racionalização necessária para assimilar todas essas transformações (CORONA, 2003). A alimentação entra de forma mais ampla na lógica do mercado e o acesso a ela fica dependente da obtenção de valores monetários, oriundos da inserção do alimento enquanto mercadoria, o qual é percebido pela relação da demanda, do acesso e do consumo, no sentido da produção e consumo de massa (fordista).

No entanto, a crise desse modelo não tardou a se manifestar. Não só a produção e o acesso ao consumo da pauta estandardizada de alimentos foram suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional. A insegurança alimentar, como nos alertam Silva e Takagi (2004), não é apenas sinônimo de fome, mas, como já assinalava Castro (1946), ocorre pelo consumo de alimentos com baixo teor de calorias que não suprem a necessidade humana diária para manter a qualidade de vida. Aliado a qualidade dos alimentos, passam a se observar os problemas vinculados as consequências dos agroquímicos (entre outros fatores) para a saúde humana e para o ambiente.

Para Junior e Filho:

A noção de (in)segurança alimentar e nutricional irrompe do contexto da pobreza e fome onde, por simplificação foi aprisionada. Ela se assenta nos espaços dos requerimentos primordiais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, onde, qualquer falha significa leva ao risco iminente à vida (JUNIOR; FILHO, 2008, p. 4).

Assim, a insegurança alimentar passa a ser entendida de forma mais ampla e constata-se que ela está presente, mesmo com diferenças, em todas as sociedades. Ora ela é percebida pela ausência de condições favoráveis aos alimentos (de acesso, de produção, do clima), ora pelo consumo de alimentos que não contêm os nutrientes necessários para ter qualidade de vida. Assegurar a qualidade dos alimentos em um mundo cada dia mais artificializado é uma tarefa que compromete diversas profissões e a sociedade como um todo.

Por essa via, enfrentar a questão da segurança alimentar provocou a Cúpula Mundial de Alimentação, que, em 1996, estabeleceu que a fome e a subnutrição deveriam ser reduzidas até o ano de 2015. Desse evento resultou a Declaração de Roma e o Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação. Ambos os documentos congregam diretrizes que primam por políticas locais, regionais e comunitárias para o desenvolvimento da segurança alimentar, modificando a perspectiva das soluções macroestruturais para as territoriais.

Como política pública, a SAN amplia o conceito originário (de suprir a fome) e reconhece outras condicionantes atreladas à alimentação, como as potencialidades locais e regionais, que podem garantir a produção, manter diversidade de pautas alimentares e a sociabilidade de comunidades rurais.

No Brasil, a temática ganhou relevância inicialmente no debate ligado ao chamado governo paralelo que atuou como oposição qualificada ao governo de Fernando Collor de Mello (1990-92). Diversos setores da sociedade se envolveram – instituições e movimentos sociais – por meio de manifestações, campanhas e várias atividades políticas, demonstrando as demandas da sociedade brasileira em torno de diversos aspectos da vida social, com ênfase no acesso à alimentação (BELIK, 2011).

Na década de 1990, podem-se evidenciar várias conquistas, entre elas, como ressalta Maful (2011), a criação do Fórum Brasileiro de SAN, em 1998. Para o autor, a SAN no Brasil está delimitada por dois momentos distintos: na década de 1990 com ênfase no abastecimento alimentar; em seguida, a alimentação foi percebida como diretriz para o desenvolvimento social. Essa mudança favoreceu o reconhecimento de que a questão social em torno da pobreza, da desigualdade social e da fome fosse colocada na agenda política para evitar a insegurança alimentar.

Nesse sentido é que o Programa Fome Zero (PFZ) foi instituído em 2001, no primeiro governo Lula:

Atinge e trata fundamentalmente dos mais pobres entre os pobres, aqueles que tradicionalmente, para as elites e os conservadores, estão no lixo da história e que, para grande parte da esquerda histórica, não contam para a revolução, porque estão fora da produção e do mercado. Está é a primeira e grande novidade (HECK, 2004, p. 93).

O PFZ trouxe ao cenário nacional uma política de SAN focada no abastecimento alimentar. Com a representatividade das organizações da sociedade civil presentes no II Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), em 2004, ocorreu um avanço nas ações e no reconhecimento do Programa Fome Zero, no sentido de que tal programa pode, no longo prazo, contribuir para desenvolvimento social das famílias beneficiárias.

Com aprovação da Lei 11.346/06 que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) há uma diretriz central que expressa a importância da diversidade econômica, social, cultural, regional e ambiental do país. O seu Art. 3º explicita:

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, a política de SAN estende a dimensão da segurança alimentar para o desenvolvimento local, ao proporcionar que a agricultura familiar seja um dos campos de incidência dessa política, juntamente com outras formas de organização da sociedade, responsáveis pelos processos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos. Assim, ampliam-se as potencialidades com o reconhecimento em nível nacional da alimentação como um direito social afirmado na aprovação da emenda constitucional nº 64/2010, pelo Congresso Nacional.

Desse modo, o governo procura executar a política pública de SAN preconizando o desenvolvimento de comunidades rurais e reconhecendo esse espaço como responsável pela produção alimentar. Segundo Almeida et al (2006), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido ações de execução de segurança alimentar local importantes, pois ao mesmo tempo que garante o mercado institucionalizado para os agricultores familiares, elas promovem o acesso desses alimentos pelos mais empobrecidos. Acrescente-se a esses o Programa Bolsa Família que, segundo documentos oficiais, preconiza:

O Programa Bolsa Família visa à inclusão social por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais [...] objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de

emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios (BRASIL, 2014).

Assim a alimentação passa a ser vista para além do foco produtivo. Ela congrega a dinâmica rural nas esferas produtivas, sociais, culturais e ambientais. De certo modo, há uma relação entre a SAN e o aspecto multifuncional da agricultura familiar (MFA). A MFA é um “instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009 p. 48), contempla a promoção da SAN tanto para as famílias que vivem no rural, quanto para a sociedade de um modo geral.

A multifuncionalidade da agricultura familiar complementa e permeia o direito à alimentação por intermédio dos três conceitos básicos que retratam o aspecto multifacetado e complementar da própria agricultura. Os aspectos ambientais, sociais e produtivos interagem na agricultura, que é um espaço essencial para a sobrevivência de milhares de pessoas em todo o mundo.

O aspecto multifuncional da agricultura familiar (MFA) percebe o alimento para além da mercadoria; ele é integrante das relações sociais. Cazella, Bonnal e Maluf (2009) explanam que a MFA é uma inovação para pensar a agricultura, pois compreende a interação entre o homem, o território e a reprodução social. Eles analisam a agricultura sob múltiplas funções, entre elas a de proteção do meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural. Essa compreensão enfatiza o reconhecimento de que o espaço rural é muito mais que produção de alimento. Ele é, antes, um espaço de sociabilidade e de desenvolvimento.

Por outro lado, o espaço rural é um território delimitado por fronteiras geográficas e culturais. Esse território revela como e de que modo essas famílias se organizam em torno da produção alimentícia e como se dá o acesso e intervenção das políticas públicas *in loco*, como as políticas de SAN, que se desenvolvem pela perspectiva da intersectorialidade, envolvendo a geração de emprego e renda, a saúde e a assistência social. As várias dimensões da SAN estão vinculadas, portanto, aos territórios, definidos pela ação coletiva e, portanto, produto das interações sociais como um componente essencial na criação de vínculos sociais. Territórios que, para Bonnal, Maluf e Cazzela (2009), podem ser delimitados, também, pelas ações do Estado, voltadas para controlar a produção ou para destinar recursos para desenvolver a economia local.

Assim, na agricultura familiar, a noção de território abrange o espaço físico e simbólico, pois ocorre em um mesmo território a produção material e imaterial da agricultura. Na perspectiva da MFA, “a segurança alimentar é aqui considerada nos sentidos da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes [...] a importância da produção voltada para o autoconsumo” (BONNAL; MALUF; CAZZELA, 2009 p. 50), haja vista que a alimentação é primordial à vida e à reprodução social das famílias.

No Brasil, a produção de alimentos apresenta duas faces distintas. Uma é expressa pela expansão das monoculturas em grandes áreas de terra, reflexo da segunda revolução agrícola analisada por Foster (2005), a qual é a responsável pela modernização da agricultura, pelo uso de insumos agroquímicos e alteração genética de plantas e animais. A outra envolve a agricultura familiar que, mesmo aderindo em parte às inovações tecnológicas, resiste à lógica do capital e dos impérios alimentares voltados unicamente para a geração de lucro. Ela mantém “particularidades” que contribuem com a reprodução

social da vida no rural. A agricultura familiar busca a geração de renda, acoplada ao desenvolvimento da família e da comunidade.

Para Corona (2003), a existência de formas diferenciadas na agricultura permite compreender que o processo de modernização, mesmo que hegemônico, não eliminou as formas tradicionais. O saber camponês continua tendo importância nas estratégias da agricultura familiar e, portanto, não pode ser desprezado (produção para consumo, relações de interconhecimento, família como referência de trabalho e usufruto dos resultados etc.). O processo de modernização da agricultura expresso como sinônimo de desenvolvimento (urbano e industrial) eliminaria as formas tradicionais da agricultura, pois essas não responderiam às demandas impostas pelo mercado e, portanto, cunhava-se uma visão do camponês como “não desenvolvido” ou mesmo “atrasado”.

De fato, no sentido dado primeiramente ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, parecia não ser possível abarcar a realidade da agricultura familiar, o que não é a realidade do século XXI. Nesse, a agricultura familiar, mesmo reduzida, insere-se como estratégica no processo de desenvolvimento brasileiro, no sentido de incrementar suas estratégias produtivas (incluindo apoio para agricultura orgânica), melhorias nas condições para escoamento da produção, financiamentos e programas como PRONAF, PAA, PNAE.

É parte significativa da lei da SAN a valorização da cultura local, da biodiversidade e da saúde. Assim, a lei contempla aspectos essenciais da vida no ambiente da agricultura familiar e incentiva a produção sustentável. Nessa perspectiva, a política da SAN contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois suas diretrizes norteiam programas, projetos e ações que levam em consideração as dimensões ambientais, culturais, regionais, econômicas e sociais, que compreendem o direito à alimentação.

4 A COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO CAVERNOSO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A comunidade da Península do Cavernoso pertence ao município de Candói, criado pela Lei Estadual 9.553, de 27 de agosto de 1990, tendo sido desmembrado do município de Guarapuava. A população do município, segundo o IBGE (2010), compreende um total de 14.983 pessoas, sendo 7.026 na área urbana e 7.957 na zona rural. Como os demais municípios pertencentes à mesorregião do centro-sul do Paraná –, a economia de Candói é baseada, preponderantemente, na agricultura familiar.

O município faz parte do Programa Territórios da Cidadania⁵ (Cantuquiriguaçu), criado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como objetivos: promover o desenvolvimento econômico em regiões que apresentam baixos índices de desenvolvimento; universalizar programas básicos de cidadania, como o Programa Bolsa Família; promover a participação da sociedade civil e a integração das três esferas de governo (federal, estados e municípios) para concretizar estratégias de desenvolvimento.

A Península do Cavernoso foi marcada pela era desenvolvimentista, não na perspectiva de acesso ao desenvolvimento econômico (proposto pelo governo militar pós-golpe de 1964, conhecido como o

⁵O Programa Território da Cidadania destina-se aos municípios que: tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –; concentrem agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; concentrem populações quilombolas, indígenas e de pescadores; tenham números significativos de beneficiários do Programa Bolsa Família; possuam municípios com baixo dinamismo econômico; apresentem ruralidade; tenham baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – (BRASIL, 2008).

“milagre brasileiro”), mas, sim, nas consequências negativas dele. Muitos dos atuais⁶ agricultores eram ilhéus que viviam nas ilhas do Rio Paraná, sustentando-se basicamente da pesca e de poucos cultivos de subsistência. Com a subida das águas para formar a represa do lago de Itaipu, eles foram forçados a sair das referidas ilhas que, mais tarde, foram totalmente cobertas pelas águas. A alternativa dos ilhéus foi acampar nas margens do Rio Paraná, no intuito de forçar o Estado a resolver a situação em que se encontravam, o que, de imediato, não aconteceu.

É pertinente mencionar que a construção da hidrelétrica iniciou-se em 1974, porém somente no ano de 1984 ela começou a gerar energia. Na década de 1980, o Brasil caminhava rumo a um governo democrático e, aproveitando essa possibilidade, os ilhéus se organizaram por meio de uma comissão, para reivindicar soluções para a desapropriação. O Governo Federal propôs assentar as referidas famílias na região do município de Guarapuava-PR, no PC – Projeto de Colonização Oficial do INCRA –, hoje pertencente ao município de Candói.

Analisar, portanto, como ocorre a dinâmica alimentar (produtiva, distributiva, de acesso e de consumo) da agricultura familiar na comunidade escolhida suscita um olhar direcionado para as expressões culturais, econômicas e ambientais, nas quais a região está imersa. Nesse cenário, a busca centra-se em elucidar como e de que modo essa dinâmica interfere no processo de desenvolvimento da comunidade ante as exigências mercadológicas, e em como a agricultura familiar, por meio da política de SAN, desenvolve-se nesse contexto.

A comunidade está localizada a uma distância de 50 quilômetros da sede do município e possui 1.172 hectares de extensão. As famílias que residem na comunidade desenvolvem suas atividades na agricultura, com raras exceções de pluriatividade

⁶Existe na comunidade uma parcela significativa de agricultores que não são ilhéus. São agricultores que adquiriram as terras em anos posteriores ao surgimento da comunidade. Normalmente compraram o direito as propriedades dos assentados.

A distância e a dificuldade de transporte são elementos importantes que permitem entender, em parte, o isolamento e a pobreza. O transporte utilizado pelas famílias é majoritariamente o público (78% das famílias), disponibilizado pela prefeitura municipal, a cada 15 dias, amenizado pelas estruturas envolvidas no PAA para o escoamento da produção.

As 24 famílias ocupam áreas entre 15.7 a 19.8 hectares, na média de 16.8 hectares. É nesse espaço que as famílias garantem sua segurança alimentar e nutricional, sua subsistência e seu desenvolvimento. Essas famílias totalizam 106 pessoas, sendo que dessas 42% possuem educação fundamental incompleta, 16% têm ensino médio incompleto, 14% não têm escolaridade (faixa 40-70 anos), 13% têm ensino fundamental completo, 13% têm ensino médio incompleto e 2% possuem ensino médio completo. Percebe-se, pelos dados, que a agricultura familiar ainda tem acesso restrito à educação e demanda políticas públicas, que possibilitem a superação da dicotomia do rural e urbano, estendendo a todos os direitos sociais. Em torno de 40% dos membros das famílias acessam o Programa Bolsa Família (PBF).

No que compete aos aspectos produtivos da comunidade, observou-se que a produção de alimentos é diversificada, fortemente marcada pela produção hortifrúti, pela comercialização (mercado institucional), por meio do PAA e do Mesa Brasil e do comércio regional, bem como pela produção voltada ao autoconsumo.

Pelos dados da pesquisa de campo, observa-se que a diversificação da produção está presente na maioria das famílias agricultoras. Das alternativas, a questão sobre quais estratégias a família utilizava para evitar a frustração na produção (nenhuma; diversificação de produção; seguro agrícola, poupança bancária, poupança familiar e outros), a diversificação da produção mostrou-se presente em 76% das respostas (hortifrúti, milho e feijão), desse percentual, 2% fazem uso do Pronaf Seguro (plano safra 2013/2014). O restante, 24%, não faz uso de nenhuma estratégia para evitar frustrações na produção e produzem para o mercado (milho, feijão, mandioca e laranja).

Nessa linha de raciocínio, os meios de diversificação tratam de novas modalidades incorporadas pelos agricultores para atender à sobrevivência do grupo em suas relações com a sociedade externa à comunidade. A diversificação foi percebida pelos agricultores entrevistados como aquela capaz de atender aos seguintes objetivos: criar oportunidades de redução da pobreza no meio rural; evitar o êxodo rural; criar condições de manutenção da propriedade rural familiar e estruturar a agricultura por meio de políticas públicas voltadas para esse segmento.

A pesquisa revelou que o PRONAF foi pouco acessado nos anos de 2012/2013 – 2013/2014. Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) apresentou alto índice de aceitação, totalizando 46 famílias. Levando em conta a escolha metodológica de entrevistar 12 famílias que acessam algum programa de SAN e 12 que não acessam, observou-se que a produção e a comercialização com o PAA esteve presente nas 12 famílias que acessam algum tipo de programa de SAN. A comercialização com o PAA na península estrutura-se por intermédio da associação local⁷, a qual presta assessoria e acompanhamento aos produtores cadastrados, além de ser a responsável por contribuir no planejamento dos projetos para a CONAB. Para 11 dessas famílias, a maior fonte da renda familiar provém do PAA. Já

⁷Existem na comunidade duas associações de agricultores familiares. Todavia, somente uma delas, a Associação Dos Agricultores da Península do Cavernoso, está com projetos ativos para o PAA. Os alimentos produzidos para o PAA são coletados semanalmente por veículo do SESC/Guarapuava- PR. O SESC/Guarapuava, por meio do Programa Mesa Brasil, faz a coleta e a distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores, para instituições e comunidades em insegurança alimentar. Os valores oriundos do PAA são repassados mensalmente para a associação local, a qual paga os agricultores.

o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi acessado apenas por uma das 12 famílias que acessam algum programa de SAN, comercializando suco de laranja.

Das que não acessam nenhum programa de SAN (12 famílias), o destaque para a maior fonte de renda está na comercialização de cereais, de frutas e a renda advinda de aposentadoria (duas famílias). No quadro a seguir está expressa a quantidade de alimentos produzidos e informados pelos entrevistados, no período de um ano, ressaltando a diversificação da produção.

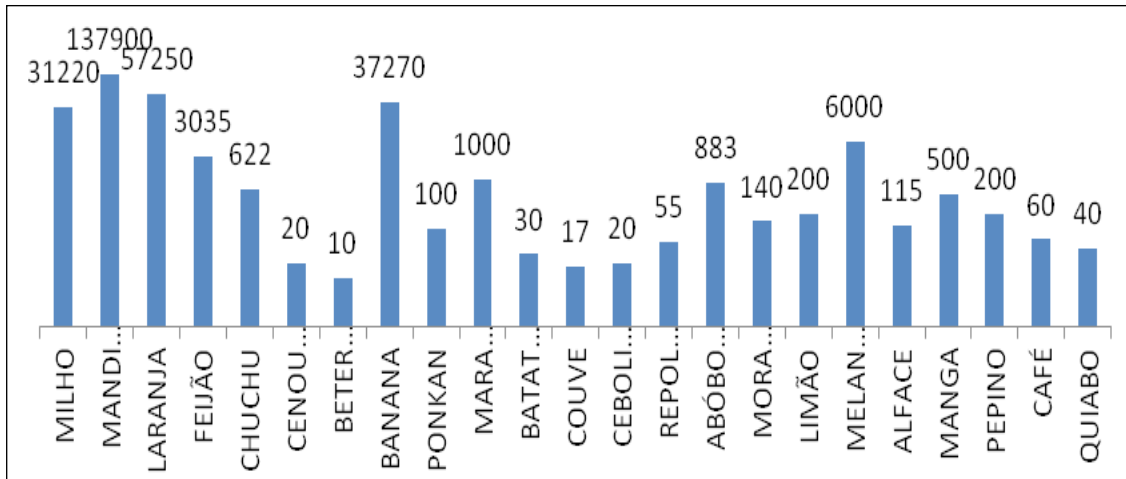


Gráfico 1 – média anual de produção alimentar.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

A produção alimentar, embora apresente diversificação, contém algumas limitações derivadas da questão geográfica, pois o relevo é bastante “quebrado”, o que dificulta a produção de culturas que demandam maior área agricultável, por isso, dá-se preferência ao cultivo de hortifrúti. Nota-se que, dos alimentos mencionados, as famílias tiveram mais facilidade em informar os alimentos comercializados com o PAA. Todos os alimentos foram contabilizados em quilo, conforme informado pelos agricultores.

O acesso ao PAA possibilita que ocorra maior gestão das atividades na agricultura familiar levando em conta: a quantidade de alimentos que será produzida, o que será cultivado e as condições de entrega dos produtos. Essas condicionantes reforçam a capacidade organizativa do agricultor, tanto no que se refere à lógica interna da família na relação com a seu estabelecimento, quanto com o compromisso de entregar os alimentos informados no projeto para a CONAB, o que direciona sua racionalidade para atender as demandas externas, sem confrontar diretamente com sua lógica da produção para consumo e venda, na medida em que ele contabiliza tal produção, como se fosse “bocas a alimentar”.

Dentro dessa diversificação, está presente a produção voltada para o autoconsumo da família, que tem como objetivo suprir as necessidades básicas do arranjo familiar, o que é essencial para o camponês, mas também o é para a agricultura familiar. A relação agricultura (familiar ou camponesa) e a questão alimentar é essencial e permanente. A partir dessa produção, o agricultor familiar tem a certeza

que pode se lançar para outras estratégias de vivência⁸, pois existe uma garantia de que a sobrevivência da família (no que compete à segurança alimentar) será garantida.

O autoconsumo compreende, na perspectiva da produção alimentar, aquilo que o grupo familiar desenvolve para o seu provimento, bem como o destinado aos animais. Mas ele não está restrito somente à produção alimentar, pois “compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades” (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 2). O quadro seguinte contém os alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias, não havendo diferenças entre as famílias que fazem uso e as que não fazem uso de programas de SAN. No entanto, destaca-se que as famílias participantes do PAA destinam os mesmos alimentos para o consumo e para a comercialização.

Tipos	Alimentos
Laticínios e derivados	Leite de vaca/queijo/nata
Frutas e hortaliças	Laranja/manga/pokan/limão/tomate/chuchu/quiabo/ repolho/alface/cebolinha/salsinha/banana/couve/moranga/ abobora/limão/melancia/pepino/
Carnes	Frango/porco/gado/peixes
Tubérculos	Batata doce/beterraba/cenoura/mandioca/
Grãos	Milho/feijão/arroz

Quadro 1 – produção para o autoconsumo.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

O suprimento da pauta alimentar dos entrevistados conta também com os alimentos provenientes do acesso a “cesta básica” recebida por mês, fornecida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens⁹ em troca da contribuição de R\$ 20,00 das famílias ao MAB e de compras no mercado local. Há, portanto, certa autonomia alimentar das famílias, sem prescindir das relações com suas organizações e com o mercado (exemplo: farinha de trigo, sal, açúcar, café etc.). Constata-se, portanto, que na composição da pauta alimentar, aparecem tanto as modificações pelas relações ampliadas com a sociedade, como pelas lutas pela permanência da agricultura familiar.

Como se percebe, há mudanças no entendimento da lógica campesina, referida por Mendras (1978), a partir da análise da dinâmica das famílias e da comunidade. No entanto, há permanências, na medida em que se observa a importância das práticas de solidariedade entre os agricultores, expressas na organização política, nos mutirões e nas trocas de dias de trabalho na lavoura, mantendo fortes laços de interconhecimento, bem como pela importante produção de autoconsumo.

⁸O termo deriva das análises de Frank Ellis, que cunhou a expressão *livelihoods* para designar as estratégias que os agricultores desenvolvem para sobreviver. O autor menciona algumas estratégias: a diversificação da produção e das fontes de renda; ampliação das relações sociais para fortalecer o grupo; venda de alguns ativos; e, em último caso, a venda da propriedade.

⁹“Em documento publicado por ocasião do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), afirma-se: O Movimento de Atingidos por Barragens é, talvez, o movimento social no campo com maior diversidade [...]. A população diretamente atingida reflete as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato no Brasil” (BENINGÁ, 2011, p. 95).

Das 24 famílias entrevistadas, 90% são de origem cabocla (português e indígena e ou negros), 5% de origem italiana e 5% descendem de ucranianos. Portanto, é uma agricultura familiar que apresenta raízes do campesinato brasileiro, fortemente do caboclo (os Ilhéus) e, em menor incidência, do colono (ucranianos e italianos). Os colonos, imigrantes europeus (depois asiáticos) que vieram ao Brasil entre os séculos XIX e XX, orientados pelo projeto nacional de colonização dos espaços rurais (em especial das fronteiras nacionais), vinham com o objetivo de conquistar melhores condições de vida e impulsionar o desenvolvimento do país. Traziam em seu modo de vida experiências com técnicas (arado, policultura + criação etc.) e com relações mercantis que favoreciam sua inserção no projeto nacional. Para Gehlen (1998), eles orientavam-se por uma lógica que incorporava o mercado em suas estratégias, levando a serem identificados no sul “ideologicamente como produtores modernos”. Já os caboclos “se orientam pela lógica da subsistência familiar, assemelhados ao que na literatura tradicional chamam de camponeses” (GEHLEN, 1998, p. 54).

Essa presença de aspectos camponeses e as mudanças que as famílias agricultoras vivenciam são observadas nos dados sobre o uso de tecnologias. As tecnologias “modernas” (trator, plantadeira, grade, entre outros) são acessadas via a atuação da Associação local, que possui um trator e equipamentos que são disponibilizados para os associados. Esse acesso compartilhado fortalece os laços coletivos presente nas estratégias das famílias. No entanto, está presente também a utilização da tração animal e equipamentos manuais (enxada, foice etc.), destacadamente nas práticas produtivas de dez famílias. Assim, mesclam-se formas da agricultura mecanizada com práticas da agricultura tradicional.

Em relação aos Programas de SAN, as 12 famílias que os acessam citaram e avaliaram três programas:

Programa	Período	Motivos	Dificuldades	Benefícios	Finalidades	Sugestões
PAA	2 anos	Renda	Não houve	Renda e não desperdício de alimentos produzidos	Aumentar a renda	Aumento do valor
PNAE ¹¹	6 meses	Renda	Construção pra industrialização do produto	Renda	Aumento da renda da familiar	Não mencionada
Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não mencionada	Contribui na renda mensal	Comprar alimentos/ roupa/ material escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho

Quadro 2 – acesso a Programas de SAN.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

Nas 12 famílias que a princípio não acessam, observou-se que parte significativa acessa o Programa Bolsa Família e não utiliza o PAA nem o PNAE, pelos seguintes motivos:

¹¹Somente uma família da pesquisa está utilizando o programa

Programa	Período	Motivos	Dificuldades	Benefícios	Finalidade	Sugestões
PAA	Não acessa	---	Não sabia como funcionava	Quer acessar/ aumentar a renda	Renda	Não
PNAE	Não acessa	---	---	Aumentar a renda	Renda	Não
P. Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não houve	Contribui um pouco no mês	Comprar alimentos/ roupa/ Material escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho

Quadro 3 – não acesso aos programas de SAN.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

As informações que constam nos quadros demonstram a importância das contribuições dos programas de SAN, os quais fomentam a renda, a produção alimentar de autoconsumo, as relações sociais, enfim, promovem o desenvolvimento local. Desenvolvimento esse que assume maior concretude quando se analisa a renda oriunda do PAA. A renda anual das famílias está situada na faixa de R\$ 9.400,00 a R\$ 45.466,00. Dessa variação a diferença das 12 famílias que acessam o PAA é de R\$ 50.000,00 a mais que as outras 12 famílias que não utilizam o programa. Para cada família que acessa o PAA notou-se um acréscimo de R\$ 4.000,00 no ano. Assim, constata-se que o PAA está garantindo, além da SAN, a permanência e o desenvolvimento das famílias agricultoras. É um rural que atende às ações do Estado e às práticas culturais originárias de cada família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade está vinculada às estratégias das famílias que incluem as políticas públicas de SAN e as ações cotidianas, influenciadas pelas mudanças que as relações com a sociedade mais geral promovem, bem como pelas permanências de um “modo de vida”, que se reproduz alicerçado no desenvolvimento local. A comunidade constitui-se pela dinâmica da agricultura familiar, originária do campesinato brasileiro, em especial dos caboclos, que vivem da pequena agricultura com fortes laços familiares e comunitários.

A Península do Cavernoso, no município de Candói/PR, traz a tona o debate do rural diverso, marcado por singularidades oriundas de sua história e das políticas públicas de reassentamento e de SAN para o desenvolvimento rural. Denota-se uma ruralidade marcada pelo “novo” e pelo “que foi”. As inovações para o rural são acolhidas pelos agricultores dentro de suas capacidades materiais. Para exemplificar, em uma mesma propriedade para preparar a terra para o plantio é utilizado o trator e/ou a junta de bois. Essas estratégias revelam que, para cultivar a terra e consequentemente garantir a segurança alimentar da família, ambos são essenciais.

O desenvolvimento dos programas de SAN e, principalmente, do PAA atinge a comunidade no seu ponto mais forte: a produção de alimentos. É na produção que a agricultura familiar desenvolve que está o sentido da ruralidade, o da interação ser humano e natureza, mediado pelo trabalho. O PAA na comunidade é desenvolvido pela Associação das famílias, associado ao SESC/Guarapuava (Programa Mesa Brasil) e à CONAB. O SESC e a equipe de profissionais do serviço social e da nutrição fazem o acompanhamento da qualidade dos produtos, da retirada na comunidade e do direcionamento visando atender às necessidades alimentares de outras comunidades e ou entidades. A CONAB faz o repasse da verba para cada agricultor e é a responsável por aprovar os planos de entrega de alimentação, desenvolvidos pelas famílias e orientados pela Associação local. Toda essa rede acaba por assegurar diretamente e indiretamente a SAN, em especial dos agricultores familiares da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, L. M de; M. C. et al. Políticas Públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficiência. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.
- BELIK, Walter. Política de Segurança Alimentar e Combate a Pobreza. In: ROCHA, Marlene (Org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo).
- BRASIL, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- _____. Decreto 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Diário Oficial da União**, 1 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- _____. Decreto 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, 5 fev. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.
- _____. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- _____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias>>. Acesso em: 8 fev. 2014
- _____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Instituiu o Programa Territórios de Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 fev. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.): **Agricultura Familiar Multifuncionalidade e desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CORONA, H. M. P. **As estratégias dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná Frente à Modernização no Campo**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 1999.

_____. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2006.

FOSTER, J. B.. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA Jr, R.; BUAINAIN, A. M. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos agricultores**. Brasília: CGEE, 2013.

GARCIA Jr, A. R; HEREDIA, B. A de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, NEAD, 2009. v II.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiar. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, p. 89-122, 2007.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: indentidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GEORGE, S. **O mercado da fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HECK, S.; BETO, Frei (Org.). Sentido ético-político e transformação social. In: BETO, Frei. **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações sobre o Município de Cândói**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=410442&search=paranalc andoi](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=410442&search=paranalc%20andoi)>. Acesso em: agosto de 2013.

_____. **Censo agropecuário de 1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 23 dez. 2013.

GOMES JUNIOR, N. N.; BOTELHO FILHO, F. B.. **A Agricultura Familiar e a Construção da Segurança Alimentar e Nutricional: A Multifuncionalidade como Fator de Resistência à Insegurança Alimentar**. Acre: Sober, 2008 Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109715/2/699.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>>. Acesso em: 18 set. 2013.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O'CONNOR, J. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. **Ambiente e sociedade [online]**, v. 6, n. 2, p. 9-23, 2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Wageningen, Holanda. **Anais...** Wageningen, Holanda, 20-24 ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/884942>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Fome Zero: política pública e cidadania. In: ROCHA, M. (Org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 out. 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2013.